

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.216.345 - PR (2017/0312746-0)

AGRAVANTE : MARLENE CECILIA ROSSONI RAVANELLO
ADVOGADO : MARCELO DALTON DALMOLIN - PR059646
AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR : SUSANA LUCINI

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Marlene Cecília Rossoni Ravanello contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE TERCEIRO. ARREMATACÃO. OPOSIÇÃO APÓS A ASSINATURA DA CARTA DE ARREMATACÃO. INTEMPESTIVIDADE.

De acordo com o art. 1.048 do Código de Processo Civil, o prazo para oposição de embargos de terceiro, no processo de execução, é de cinco dias após a arrematação, adjudicação ou remição do bem, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta. Hipótese em que os embargos de terceiro foram opostos após a assinatura da carta de arrematação, portanto intempestivos.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta violação do art. 1.048 do CPC/1973, correspondente ao art. 675 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, após confuso arrazoado, que apenas a expedição da carta de arrematação impede a interposição dos embargos de terceiro.

Aduz que, embora tenha interpostos embargos de declaração com o apontamento de erro material e contradição, o Tribunal *a quo* manteve-se silente, inclusive quanto à aplicação das novas disposições do CPC.

Alega, ainda, divergência jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula n. 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Tendo o agravante impugnado a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do

presente agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

No tocante à alegada ocorrência de contradição e erro material, constantes do acórdão embargado, observa-se que o recorrente não vinculou dispositivo legal, apto a determinar o confronto interpretativo, o que inviabiliza a referida parcela recursal, aplicando-se a Súmula n. 284/STF.

No mérito verifica-se o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial. Revela que o fundamento apresentado naquele julgado, no sentido de que o prazo para oferecimento dos embargos flui a partir do momento em que a parte foi cientificada da penhora do imóvel, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Mesmo que afastado o referido óbice, verifica-se que no acórdão recorrido foi acrescentado outro fundamento suficiente para deslinda a questão, qual seja, a fruição do prazo de cinco dias entre a assinatura do auto de arrematação e o ajuizamento dos embargos.

Neste panorama, verifica-se, em ambos os fundamentos, estar de acordo o Tribunal *a quo*, com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme se afere dos precedentes cujas ementas são transcritas a seguir, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGANTE QUE NÃO FOI PARTE NA AÇÃO DE EXECUÇÃO. CIÊNCIA DO PROCESSO. A ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO DE ORIGEM IMPLICARIA NO REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. No caso em apreço, postula a parte autora sejam considerados tempestivos os Embargos de Terceiro opostos após a turbação da posse.

2. A questão foi dirimida pelas instâncias ordinárias, com base na moldura fático-probatória, e levando-se em conta as certidões lançadas no caderno processual; impossível sua alteração em sede de recorribilidade extraordinária.

3. Conforme decidido pela Corte de origem, os embargantes tiveram ciência da realização da hasta pública em 20.11.2011, onde inclusive constou a advertência do prazo de cinco dias para oposição de embargos. A arrematação

se deu em 22.11.2011 e somente em 9.10.2012 o autor ajuizou os embargos de terceiros, portanto, intempestivos.

4. Agravo Interno dos Particulares a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1,502,498/RN, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 6/2/2018, DJe 27/2/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 694, §1º, INCISOS I E V, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. OCORRÊNCIA DA ARREMATACÃO. INTIMAÇÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS À ARREMATACÃO. TERMO INICIAL. LAVRATURA DO AUTO DE ARREMATACÃO.

1. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa ao artigo 694, §1º, incisos I e V, do CPC/1973, pois a tese legal apontada não foi analisada pelo acórdão hostilizado.

2. Ressalte-se que não houve sequer interposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de possível omissão no julgado.

3. Assim, perquirir, nesta via estreita, a ofensa da referida norma, sem que se tenha explicitado a tese jurídica no juízo a quo é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

4. No mesmo sentido, os enunciados sumulares 211 do STJ e 356 do STF. Assente nesta Corte o entendimento de que é condição sine qua non para que se conheça do Especial que tenham sido ventilados, no contexto do acórdão objurgado, os dispositivos legais indicados como malferidos.

5. In casu, o Tribunal de origem consignou que "a empresa autora, então executada na Execução Fiscal nº 200810300434, foi intimada pessoalmente do dia, horário e local da praça designada (fl. 204v), com publicação dos respectivos editais (fls. 202 e 205), em observância ao que dispões os artigos 687, § 5º, do CPC/73 c/c art. 22, da Lei nº 6.830/80. (...) Ato contínuo, foi expedido o auto de arrematação em 29/08/2011 (data designada para a praça), sem que a parte executada opusesse Embargos. Ora, é cediço que a fluência do prazo para oposição de Embargos à Arrematação tem início a partir da assinatura do auto de arrematação pelo Juiz, independentemente de nona intimação do executado." (fl. 376, e-STJ).

6. Precedentes há, do STJ, pela desnecessidade de intimação dos devedores, quanto à arrematação do bem, uma vez inexistente dispositivo legal que assim o exija.

7. Com efeito, "devidamente intimados da realização da praça, não há dispositivo legal que exija a intimação dos executados da ocorrência de arrematação, estando a matéria regulada pelos artigos 693 e 694 do Código de Processo Civil". (RMS 12.991/PB, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJe 10/3/2003).

8. Ademais, o prazo para oposição dos Embargos à Arrematação inicia-se com a lavratura do auto de arrematação, independentemente de intimação do executado.

9. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

10. Recurso Especial não provido.

(REsp 1656436/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 02/05/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO. TERMO INICIAL.

1. Conta-se da data da assinatura do auto de adjudicação ou arrematação, independentemente de intimação do executado, o prazo para oposição de embargos. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 265.377/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/3/2013, DJe 4/4/2013.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator